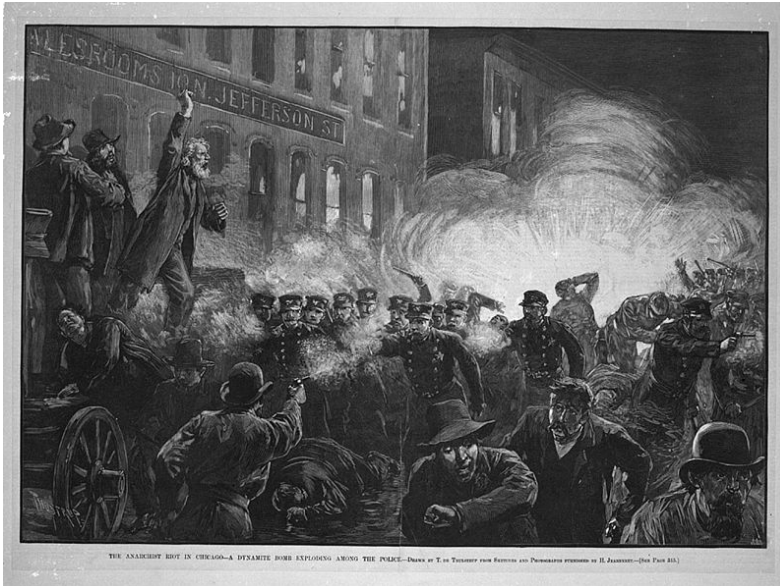


Por trás de uma luta

No 1° de maio, pesquisadora da RHBN faz uma reflexão sobre o que é ser trabalhador nos dias de hoje e quais são os dilemas históricos que permeiam o cotidiano da classe

Nashla Dahas

30/4/2012



Oficializado por Getúlio Vargas na década de 1940, o Dia do Trabalhador é um momento de reflexão sobre a trajetória das lutas sociais por melhores condições de trabalho ao longo dos anos. A data ganhou esta conotação ainda no fim do século XIX, após uma greve geral que terminou em tragédia em Chicago (EUA), como relata o texto [Quanto vale um feriado](#), de Bernardo Kocher. Mas, de lá para cá, muita coisa mudou. Abaixo, o artigo de Nashla Dahas, pesquisadora da RHBN, encontra na Revolução Francesa as raízes do significado do que é ser um trabalhador hoje, além de trazer à tona uma discussão

Gravura de 1886 da imagem mais reproduzida do incidente em Chicago, onde aconteceu um protesto de trabalhadores que acabou confrontos

Começo por cumprir um dever de consciência e aviso que esta discussão não é de minha especialidade, mas sim de minha convivência. Resulta da convicção de que existem modos de pensar, incluindo boa parte da reflexão histórica, que só funcionam realmente sob a forma de uma empatia ética, da capacidade humana de relacionar afetivamente representação e experiência. Iniciemos por inquietações bastante atuais: o que é ser um trabalhador nos dias de hoje? Quais dilemas históricos pautam, conscientemente ou não, a conduta diária do trabalhador neste país?

Escrever sobre o mundo do trabalho no Brasil implica, sem dúvida, assumir um compromisso forte com a contextualização de ideias surgidas no passado, tais como os ideais de revolução e cidadania. Sob o risco de confundi-la com a história do povo, certamente vai se tratar de uma história dos vencidos, ainda que isso não signifique a omissão das muitas conquistas, e sim a muito recente alcançada autonomia da narrativa.

Ao mesmo tempo, é necessário buscar um olhar aberto e atento à cena política contemporânea nacional e global, na qual o trabalho e o divertimento disputam as preocupações do homem comum.

Raízes na Revolução Francesa

Em 1789, surgiram os Direitos do Homem como corolários de uma divisão social característica do mundo moderno. Distinguindo cidadãos de cidadãos ativos, ofereceu-se somente a estes últimos o direito de escolher os legisladores e de receber mandato do povo, e ainda, para alcançar esta categoria era preciso ser do sexo masculino e ter renda mínima. Em nome da razão e tendo como direitos básicos a liberdade e a igualdade, a Revolução Francesa consagrou a destruição da antiga sociedade absolutista e deu origem a uma imensa tensão entre ricos e pobres, burguesia e povo: a própria rigidez das divisões e denominações da época reflete uma realidade social tomada pelas ideias e paixões políticas.

Ainda que, ao fim e ao cabo, a luta contra os privilégios aristocráticos não tenha impedido o surgimento de maliciosos privilégios da burguesia, as ideias de cidadania e de soberania popular, assim como a violência daqueles acontecimentos atestaram a importância e a força desestabilizadora da política como prática pública, no espaço público e como expressão própria da liberdade humana.

Contudo, se a liberdade virou liberalismo e a fraternidade foi, aos poucos, abandonada pelo discurso político, a apaixonante busca por igualdade social pautou, em tempos nem tão antigos assim, a agenda de grupos e movimentos de trabalhadores que assumiram a questão como uma razão de vida, ou uma causa de luta. Talvez isso explique parte da frequente confusão entre história, ideologia, e política no Brasil.



Imagem de comemoração do 1º de maio em Portugal

Fortalecimento do movimento operário

O fato é que nas décadas de 1920 e 30, a Revolução Russa (1917) contribuiu para o fortalecimento de um movimento operário que sacudiu o país com uma onda de greves pelo “fim da exploração capitalista”, e pelo sonho de construir uma nova sociedade. Pouco lembrado na memória do senso comum, e aparentemente menos em voga no meio acadêmico, parece fundamental reavivar a espontaneidade de um inexperiente operariado que enriqueceu a luta política nos trópicos com a diversidade da política do oriente cultural, ainda que nos períodos seguintes conciliação e repressão tenham se combinado no arrefecimento da mobilização.

Em 1964, um golpe civil-militar se orgulhava de pôr fim ao comunismo no Brasil. Ao longo de 20 anos de ditadura, socialistas revolucionários, simpatizantes, reformistas, trabalhistas e os diversos matizes nos quais a esquerda da época se dividia foram exilados, perseguidos, e mesmo torturados numa tentativa de redefinir a identidade da pátria brasileira, mais sintonizada com o padrão norte-americano de economia, de vida e de trabalho.

Poucos anos depois, em 1968, a Paris revolucionária atualizava suas raízes contestadoras e encontrava na cultura um novo e imenso campo para a atuação política. Nem guilhotina ou comícios clássicos, a reivindicação era demonstrada a partir da mudança dos hábitos, e no rompimento com tradições enraizadas como a família e a religião: “É proibido proibir”. Rebeliões estudantis, movimentos pacifistas e grupos de minorias étnicas e sociais compuseram as barricadas da reforma educacional, da liberdade de expressão e do anti-autoritarismo. A adesão dos trabalhadores fortaleceu imensamente a reivindicação e unificou as classes e categorias profissionais diante do governo do general De Gaulle (1890-1970).



Vitória da memória

A juventude diplomada e a força de trabalho encontraram na crítica ao modelo social de capitalismo tecnocrático uma identidade fundamental compartilhada naquele momento por ampla parte do mundo ocidental. Ainda que De Gaulle tenha sido reeleito e, politicamente, o maio de 1968 não tenha alcançado suas principais reivindicações, a derrota no campo de batalha não impediu a vitória na memória. Ignorar a história dessa história equivaleria a esquecer de toda a vida e a força das alianças possíveis

e das trajetórias percorridas.

Não parece aleatório que o famoso AI-5 brasileiro tenha vindo em 68. O ato suspendeu o direito de habeas-corpus para crimes políticos, fechou o Congresso Nacional e outros legislativos, cassou mandatos eletivos, e legitimou a suspensão por dez anos dos direitos políticos de qualquer cidadão. E no bojo desses acontecimentos chegamos aos anos de 1970 e 80. Décadas em que o governo militar considerou cumpridas as tarefas de modernização da economia brasileira e de limpeza política da esquerda comunista e revolucionária, e deu início a viabilização do projeto de redemocratização no país. Projeto cujo processo não foi tão simples e prático, mas esbarrou na multiplicação de movimentos sociais e no sindicalismo do ABC paulista. Surgia a autointitulada nova esquerda brasileira, crítica da radicalização política e ideológica, e da sua irmã mais velha, a revolução.

Falida a URSS, findo o muro de Berlim e morto o ideal de revolução, aos trabalhadores coube o papel fundamental de reinventar-se politicamente. A perda da referência socializadora pelo mundo do trabalho não significa o obscurecimento de seu caráter universal, e ao contrário da sociedade cindida pela noção de classe e marcada pelo conflito entre o proletariado e burguesia, ambos passaram a produzir e disputar uma cultura política circular e reivindicativa.

São muitos os indícios de que se abrem novos tempos para o trabalhador como sujeito político, conhecedor de realidades históricas distantes e distintas, capazes de arrancar desta época, a tendência conformista que nos ronda.

- [Publicar no Facebook](#)
- [Publicar no Twitter](#)